# A INTELIGÊNCIA E AS ESCALAS DE MEDIDA DO NÍVEL MENTAL (*)

Prof. FERNANDO DE VILLEMOR AMARAL

Vejamos em primeiro lugar como a inteligência veio assumir, no reino da psicologia humana, a posição que hoje ocupa de *Faculdade Soberana.*

Sabemos que a psicologia foi durante muito tempo considerada como a "ciência da alma";

*a*) quer analisando a sua essência e seus atributos (unidade, espiritualidade, imortalidade);

*b*) quer enumerando suas faculdades (sensibilidade, memória, imaginação, raciocínio, vontade);

*c*) quer descrevendo suas operações (percepção, associação, evocação, julgamento)

Durante algum tempo ela não admitia senão duas categorias de manifestações psíquicas:

as que brotavam do intelecto,

e as que brotavam da sensibilidade e vontade.

Como distinguir essas duas categorias de manifestações psíquicas? Quais as faculdades particulares que as regiam a ponto de as tornarem de tal maneira distintas uma da outra? Qual a natureza e origem das manifestações ditas intelectuais? Do ponto de vista lógico, que valor deveríamos atribuir aos processos pelos quais ela constitui a ciência? E a própria ciência, sua obra-prima dará ela prova decisiva do seu poder ou impotência para atingir a realidade?

O problema parece um tanto intricado. Tentemos esclarecê-lo um pouco.

Vamos ao étimo da palavra: — "INTELIGÊNCIA — do latim "Inteligentia" — faculdade que tem o espírito de pensar, de conceber, de compreender".

Faculdade de compreender... Mas compreender não é *conhecer* a causa ou a razão de ser de uma coisa? Ora, antes de saber como ou porque uma coisa existe, é preciso antes de tudo saber que ela existe. A Inteligência é, pois, a faculdade de conhecer em geral. O seu caráter essencial é ser a representação, por um estado de consciência de um objeto distinto dêsse estado. Ela implica, por conseguinte, como condição necessária, a dualidade de um conhece-

(*) Súmula da aula inaugural do Curso: "A Inteligência e as Escalas de Medida do Nível Mental".

dor e de um objeto conhecido. Mas nessa dualidade o primeiro têrmo está subordinado ao segundo; todo o fenômeno intelectual não sòmente pressupõe um objeto, mas ainda o coloca (êsse objeto) como sendo anterior a êle, como sendo de alguma maneira sua causa eficiente. E é dêsse modo justamente que a inteligência se distingue da sensibilidade, faculdade de sentir, de amar, de desejar, de sofrer, bem como da vontade, capacidade de escolher e de agir. Como dizia Condillac, um estado de sensibilidade puro, prazer ou dor, é afetivo e não consiste senão num estado "presens" da própria afeição do indivíduo consciente, sem relação externa com o objeto. Em oposição, o fato intelectual é essencialmente objetivo. Mas a vontade, dirão os senhores, exige também um objeto. Evidentemente que sim; mas o objeto da vontade está subordinado à vontade, como posterior ao seu ato. Spencer definiu a inteligência como o ajustamento das relações internas às externas. Poderíamos definir a vontade como sendo o ajustamento das relações externas às relações internas, do objeto ao sujeito.

Abandonemos um pouco o campo da filosofia e passemos ao terreno da psicologia sistemática em busca de um conceito de Inteligência. No que se refere à psicologia sistemática, não encontramos nada de preciso antes de Herbert Spencer. E nem poderia ser de outra maneira, pois que o conceito de inteligência foi por êle introduzido com a Teoria Evolucionista. Para Spencer, de um modo geral, a vida consistia essencialmente no ajustamento das relações internas às relações externas e era a inteligência a responsável por êsse ajustamento desde que se tratasse de ajustamento mental. Depois de Spencer, que incluía em seus conceitos todos os seres animados, pouco ficou para os autores que procuravam distinguir o homem do animal. A diferença essencial que existia respectivamente entre as faculdades de um e de outro é que sòmente o homem usufruía de uma inteligência. O animal orienta-se pelo instinto. Ao homem, se bem que lhe seja concedida uma parte de consciência instintiva, sobretudo no que se refere às situações de rotina, para as situações novas e de certo modo imprevistas, êle usa de sua faculdade soberana, a inteligência.

Por brilhante que fôsse a situação e definição de inteligência no domínio da biologia, ela foi aos poucos cedendo lugar a outras em face do uso intensivo dos chamados testes mentais. As teorias e divagações de caráter eminentemente filosófico foram aos poucos sendo substituídas por valores expressivos e de certo modo manipuláveis. Para a Psicotécnica, em suas pesquisas utilitárias, tornava-se cada dia mais necessário e urgente determinar tão precisamente quanto possível o que realmente se entendia por inteligência. Inúmeros foram os autores que se aplicaram acuradamente ao problema, buscando a origem, a natureza, o sentido da palavra inteligência, bem como conceituá-la ou definí-la. Digamos, porém, de passagem, que isso não constituía preocupação primordial para alguns, digo, para muitos dos investigadores nesse ramo da psicologia aplicada. Havia os que, numa espécie de encantamento ante valores numéricos, chegavam ao ponto de se desinteressar por completo do que pu-

desse ser essa inteligência que estavam preocupados em medir e até quando essas medidas eram significativas.

Quanto à natureza dos atos ditos intelectuais, façamos ainda um pequeno retrocesso às psicologias sistemáticas. Aí encontramos duas correntes principais: Os Racionalistas e os Empíricos. Para os primeiros a inteligência era uma energia interna que precederia em nós a ação e que tendia a se exercer de harmonia com certas leis que no fundo não são outras que as leis da razão. Para os *empíricos* a inteligência não tinha essência própria; ela derivava de um grupo de processos complexos, estreitamente ligados, e até mesmo associados. Uma análise detida a decomporia em seus elementos básicos, tais sejam: memória, imaginação, raciocínio, atenção, percepção, sensação, julgamento, etc.

Tomemos como ponto de partida uma das componentes, a Memória. Será a memória a componente básica da inteligência? A resposta seria *sim,* para alguns autores, *não* para outros. E a contradição não permanece ùnicamente na teoria, mas atinge o campo da prática. Há testes, tal como veremos mais tarde, em que o fator memória é completamente pôsto à margem. Outros, como o de Binet e Simon, em que a memória intervém a cada passo. E, no entanto, o próprio Binet em um dos seus estudos sôbre a inteligência diz claramente que a memória não significa inteligência e que ela não passa de uma grande dissimuladora da capacidade intelectual. E a *imaginação,* que papel representa a imaginação nas complexas operações intelectuais? Reportemo-nos a Stern e a Claparède por terem sido êles uns dos poucos a abordarem com clareza a questão. Ambos afirmam que a imaginação está fora dos atos que se poderiam chamar puramente intelectuais. Entretanto, psicólogos eminentes incluíram-na em suas teorias como em suas baterias de testes. Citaríamos como exemplo, mais uma vez e por ser mais conhecido, o próprio Binet. Encontraremos aí, com segurança, pelo menos seis testes que apelam fundamentalmente para a imaginação. E a atenção, o raciocínio, a percepção, as sensações etc., não estão presentes no ato intelectual? Mas em que grau êles contribuem para as elaborações intelectivas? Finalmente a *linguagem* — Não será a linguagem uma de suas componentes primordiais? Não é por meio dela que melhor se manifesta a inteligência? Evidentemente que sim; por esta razão justifica-se plenamente o fato de alguns autores a terem incluído destacadamente em seus testes. Já outros acham que a influência da linguagem não serve senão para perturbar suas pesquisas na determinação do nível mental. Não estenderemos mais nossa lista de componentes da inteligência, como também não discutiremos sôbre o valor fundamental de cada uma delas. Não desejamos recair num mero jôgo de palavras, como não pretendemos pôr a provas teoria e prática de certos autores. Abordemos fatos mais concretos; procuremos definição de inteligência.

O problema da definição de Inteligência tem sido objeto de sérias cogitações por parte dos psicólogos. Inúmeras foram as vêzes em que o assunto foi objeto de acaloradas discussões em temários e

congressos de psicologia. Assim é que encontraremos na enorme lista de definições que hoje poderíamos organizar, todos os tipos de definição, das mais simplistas às mais complexas. E entre as mais simplistas poderíamos citar, por exemplo, uma que é atribuída a Binet. Conta-se que certa vez Binet, intensamente aplicado ao estudo e aperfeiçoamento dos seus testes, solicitado a dar uma definição de inteligência, respondeu: — "Inteligência é aquilo que o meu teste mede". Não sabemos se o fato é verdadeiro ou se é apenas para ilustrar o obscurantismo dos que se satisfazem com as conclusões numéricas e que seriam capazes de jurar sôbre uma tábua de algarismos como quem juraria sôbre um Evangelho.

Consultemos algumas das definições modernamente fornecidas pelos psicólogos.

Para Sperman — a inteligência é um "fator comum" do êxito em tôdas as operações mentais. De um modo geral a sua teoria baseia-se na existência de uma "aptidão mental" que poderá ser verificada através de uma análise matemática de coeficientes de correlação entre provas diferentes e dando como resultante um coeficiente de hierarquia constante.

Para Thorndike — a inteligência não passa de um agregado de tôdas as aptidões que se acham à base de cada um dos atos em separado.

Para Woodrow a inteligência é a capacidade geral de adquirir capacidades específicas.

Ciril Burt — vê na inteligência uma espécie de eficiência mental inata que se apresenta sob forma global, enquanto que Ballard não vê senão uma aptidão polimorfa que se manifesta nos diferentes problemas da vida cotidiana.

Stern, como Claparède — consideram a inteligência como a capacidade de adaptar-se ou resolver problemas novos.

Thurstone — propõe a teoria de uma organização mental por meio de uma análise de fatôres e de intercorrelações. Partindo de um princípio que se baseia nas diferenças individuais de aptidões mentais, descreve no homem doze aptidões fundamentais, entre as quais se destacam: a espacial, perceptiva, numérica, verbal, mnêmica, indutiva, dedutiva, etc.

Dentre estas definições que em breves linhas acabamos de enumerar, qual a que melhor se ajusta à palavra inteligência? Tôdas nos parecem boas, tôdas passíveis de crítica. Não optaremos por A ou por B. Diríamos com Spearman: "Talvez o mais prudente seria voltar à velha doutrina Escolástica Medieval para a qual a inteligência "é a operação que consiste em exprimir o pensamento em têrmos abstratos". Uma só objeção, a nosso ver, poderia ser feita a tal definição: — o sentido amplo da palavra *abstração*. Mas por ventura as noções de *adaptação*, de *fatôres*, de *aptidões polimorfas* etc. serão menos intricadas e ambíguas? Deixaremos mais uma vez em suspenso o problema para evitar o jôgo de palavras. Diremos apenas que a prática dos testes mentais vem de certo modo confirmando o ponto de vista escolástico — "Inteligente é o indivíduo capaz de compreender o problema que lhe é apresentado, dando uma direção estável ao seu *pensamento abstrato* na busca dos fins visados ou possíveis soluções, usando

de censura ou crítica rápida às soluções porventura imaginadas".

Admitamos por ora que as definições que acabamos de propor sejam válidas e que os obstáculos de conceituação e definição de inteligência tenham sido de certa forma transpostos. Ainda assim, nessa situação ideal, não teríamos senão resolvido uma parte do problema, isto é, o aspecto qualitativo da inteligência, restando-nos, por conseguinte, um outro aspecto de igual monta, tal seja o seu aspecto quantitativo que é observado através das chamadas *"Escalas de Medida do Nível Mental"*.

Vejamos quando e como foram introduzidas no campo da psicologia essa nova técnica revolucionária que veio por assim dizer transformar conceitos e definições já de certo modo fixados. É relativamente recente; datam do início do presente século. A idéia brotou no campo da Pedagogia e foi inspirada na necessidade que havia de uma determinação do grau de adiantamento ou atraso mental de crianças em idade escolar. As diferenças individuais observadas entre escolares já de há muito vinham desconcertando mestres e educadores que, ministrando um sistema pedagógico rígido e ideal, não obtinham os resultados esperados pelo menos para um determinado grupo de alunos ou mesmo em diferentes grupos ou classes. Foi dêsse modo que a atenção de um psicólogo americano, J. McKeen Cattell, durante um estágio nos laboratórios de Wundt, foi atraída para o estudo das diferenças individuais nas respostas a estímulos semelhantes. De volta aos Estados Unidos, Cattell passou a ser um dos "leaders" em favor da aplicação dêsses primeiros testes. Foi êle quem por primeira vez empregou a palavra "teste mental" de maneira científica em um dos seus artigo publicados em "Mind", em 1890, na descrição de um certo número de testes de aptidões sensori-motrizes a estudantes da Universidade de Pensilvânia. Animados pelos estudos de Cattell, outros psicólogos puseram-se a examinar a possibilidade de criação e aplicação de testes a crianças em idade escolar a fim de verificar e prognosticar o sucesso nos exames de admissão ao ensino do segundo grau. As pesquisas mais importantes levadas a têrmo nesse período embrionário da psicologia aplicada são atribuídas a Gilbert (1894-97). Porém, o entusiasmo ràpidamente despertado por êsses primeiros testes foi de curta duração. Cêdo se verificou que os ditos testes não mediam pròpriamente a inteligência pelo menos no sentido em que é tomado o têrmo na psicologia de nossos dias, caindo os mesmos no mais completo descrédito e abandono.

Durante êsse tempo Alfred Binet, na França, começou a interessar-se pela medida das diferenças individuais e de aptidões mentais. Partindo de um princípio que diferia bastante do dos psicólogos americanos, Binet abandonou os estímulos artificialmente criados num laboratório, apelando diretamente para os problemas mais complexos e mais realistas da vida cotidiana. Em seus artigos datados de 1895 a 1900, Binet não se cansa de insistir pelo princípio de que as diferenças individuais não só são indiscutíveis como ainda elas se vão tornando mais evidentes a medida que se avança das execuções ou "performances" simples às mais complexas.

A primeira Escala Oficial de Binet para a medida da inteligência é fruto do seu trabalho como membro de uma comissão especial designada em 1904, pelo Ministro da Instrução Pública de Paris para fins de selecionar e distribuir, em classes especiais, crianças deficitárias, incapazes de aproveitar dos métodos regulares de ensino. Essa Escala foi publicada em colaboração com o seu discípulo Simon, em 1905, e é hoje conhecida com o nome de *Teste de Binet-Simon*. Naquela ocasião a escala era constituída de 30 pequenos testes grosseiramente classificados em itens e por ordem de dificuldade. Não havia a preocupação em determinar a idade mental, se bem que a escala já apresentasse uma divisão em *classes* para os deficientes mentais que eram separados em três categorias: débeis mentais, imbecis e idiotas. Em 1908 foi feita pelos próprios autores, uma revisão da Escala e, em 1911, uma segunda revisão ampliada, grupando já os itens por ordem da idade. Os referidos itens sofreram uma espécie de triagem: uns foram eliminados, outros reclassificados de acôrdo com a ordem de dificuldades comumente encontradas por crianças em determinado período cronológico. Essa revisão de 1911, publicada pouco antes da morte de Binet, já apresentava testes para tôdas as idades, dos três aos dezoito anos, e é a que ainda hoje vem sendo aplicada, com ligeiras modificações, traduzida em todos os idiomas, prestando, dêsse modo, enormes serviços em suas aplicações em crianças normais nas escolas, à guisa de informação para os mestres e educadores, como também para diagnóstico rápido e eficiente de retardamentos mentais nos hospitais, asilos e reformatórios. A escala de Binet Simon é hoje oficialmente reconhecida pelos Tribunais de Menores, como instrumento informativo do nível mental de menores abandonados e delinqüentes.

Nos primeiros anos que se sucederam após a revisão de 1911, a única maneira de exprimir o grau de adiantamento ou atraso mental de uma criança era dada pela diferença entre a sua idade real ou cronológica e a idade mental. Dizíamos, por exemplo, que uma criança era *bem dotada* quando conseguia resolver tantos testes de nível superior à sua idade real, ou, ao contrário, *retardada* se não conseguia vencer as dificuldades dos que eram comumente resolvidos pelas crianças de sua idade e que, por conseguinte, pertenciam àquele grupamento. Mas essas avaliações eram oscilatórias, ficando o adiantamento ou atraso mental sujeitos a variações de acôrdo com a idade. Ora, nós sabemos que a curva de desenvolvimento mental não é absolutamente homogênea e que o rítmo de crescimento não é sempre igual em tôdas as idades. O fato despertou o interêsse de certo número de psicólogos que passaram a procurar "Índices" mais precisos, mais estáveis para determinação do nível mental. Foi então que Stern propôs a criação de um "Quociente Intelectual" ou "Cociente de Inteligência" que daria ao psicólogo uma idéia mais constante do nível mental da criança, não só em função da sua idade cronológica, mas também, de maneira geral, em função do grupo de crianças do qual ela fazia parte. A idéia foi prontamente aceita e amplamente

divulgada por Terman, psicólogo americano, na nova revisão do teste de Binet feita em Stanford, no ano de 1916. Êsse Quociente Intelectual, vulgarmente chamado de *Q. I.*, não é outra coisa senão o resultado da divisão da Idade Mental pela Idade Real. Por definição, um Q. I. normal será sempre igual a 1. Assim, por exemplo, uma criança normal de 10 anos de idade deverá dar uma idade mental de 10 anos. O Q. I. será por conseguinte igual a 1.

Pesquisas mais recentes, todavia, vieram demonstrar que êsse Q. I., se bem que traduzisse aproximadamente o nível mental, não poderia, ainda, ter o valor constante que se lhe procurava atribuir, nem para o indivíduo nem para o grupo, devido a grande flutuação dos valores e aos pesos que eram atribuídos aos diferentes testes dentro de cada grupo de idade, e mesmo entre os grupos de idades sucessivas. Outros métodos foram propostos, tais como o "Coeficiente de Inteligência" de Yerkes; o "Índice de Vivacidade" sugerido por Otis. Mas êsses índices não ofereciam maiores seguranças que o Q. I. Eram complicados os seus cálculos e por conseguinte tiveram duração efêmera. A superioridade do método de determinação do Q. I. mantinha-se sôbre os demais. Chegou-se, então, à conclusão de que o que era necessário era aperfeiçoá-lo, procurando eliminar tanto quanto possível as oscilações observáveis. Inúmeras pesquisas foram levadas a efeito com o fim de verificar a constância do Q. I. Julgamos interessante referir-nos às conclusões fornecidas por Heinis em 1926. Servindo-se do sistema de "teste e re-teste" do qual teremos ocasião de falar posteriormente no decorrer de nosso curso, Heinis verificou que os indivíduos que acusavam um Q. I. inferior tinham a tendência a abaixá-lo com o avanço de idade, enquanto que os que acusavam Q. I. elevados tendiam a aumentá-lo com a idade. Diante dessa flagrante inconstância de valores, Heinis, com o objetivo de aplainar essa variabilidade de valores, propôs uma nova fórmula a que denominou de "Coeficiente Pessoal" ou "Constante Pessoal" e que seria igual ao valor numérico obtido no teste de inteligência dividido pelo grau normal de inteligência naquela idade, tomados os dois valores em têrmos de grandezas absolutas. Mas os cálculos dêsses valores absolutos eram complicados e, até certo ponto discutíveis. Alguns autores, porém, como Cattell e Kulhmann, mostraram-se favoráveis a nova técnica, chegando mesmo a introduzi-la nas novas escalas por êles criadas.

Nestes últimos anos, a interpretação dos escores obtidos nos testes pelo método dos percentis vem tendo ampla aceitação por parte da maioria dos psicólogos. Com efeito trata-se de uma técnica fácil e bastante acessível para apreciação dos resultados obtidos nos testes. Expresso em têrmos de percentagem dentro de um grupo específico, o método apresenta grandes vantagens sôbre os precedentes, tal seja o de ser aplicado a qualquer grupo. Uma norma que se traduza em têrmos de Idade Mental é representativa para crianças e adolescentes, mas pràticamente sem significação quando se trata de pessoas adultas de níveis de maturidade diferentes e de experiências vividas diversas. Um imbecil de

15 anos que acusa um nível mental de 3 anos é evidentemente um ser diferente de uma criança normal de três anos, embora essa criança consiga resolver o mesmo número de itens de determinado teste mental. Se não existe diferença do ponto de vista quantitativo, pelo menos do ponto de vista qualitativo as respostas vão necessàriamente evidenciar características particulares.

Finalmente a maneira relativamente recente de classificar os resultados obtidos num teste de nível mental em têrmos de "Desvios Padrões". Aqui os valores são tomados em função do afastamento do valor médio do grupo. Os resultados obtidos nos testes são expressos diretamente em têrmos de unidade de Desvio Padrão. No decorrer do nosso curso teremos ocasião de voltar ao assunto e, então, estudaremos com mais detalhes essa nova técnica de apreciação dos valores obtidos nos testes, bem como suas vantagens e desvantagens.

Se bem que o problema de atribuição e significação de notas tenha uma importância que poderíamos classificar de "básica" em tôda e qualquer tentativa de medida do Nível Mental, ainda não se chegou a um acôrdo sôbre qual dos métodos de avaliação nos fornece resultados mais fiéis e constantes, o que de certo modo se explica pelo simples fato de os métodos empregados variarem em função das técnicas ou processos adotados e, ainda, o que nos parece mais importante, em função do meio ambiente, do nível sócio-econômico do indivíduo, e da personalidade — como a INTELIGÊNCIA. E' flagrante a inter-relação existente entre os escores obtidos por um indivíduo num teste de Inteligência e os resultados apresentados por êsse mesmo indivíduo num teste de personalidade. E essa inter-relação pode verificar-se de dois modos: ou a inteligência interfere na personalidade imprimindo-lhe certas características que não são comumente encontráveis no grupo; ou a personalidade interfere na inteligência, favorecendo ou dificultando as operações intelectuais. Observações dignas de serem assinaladas mostraram que indivíduos que se apresentavam distanciados dos padrões médios de inteligência tendiam a converter-se em "seres à parte". A afirmação é valiosa para os grandes como para os pequenos desvios e podem ser considerados independentemente de outros fatores que possam constituir a personalidade. Os indivíduos de níveis abaixo dos padrões médios ou normais estão de certo modo fadados a uma segregação psicológica e social. Da mesma maneira uma inteligência muito superior tende a afastar psicològicamente o indivíduo, embora socialmente êle continue a fazer parte do grupo. E êsse fato é de suma importância, sobretudo na infância que é justamente quando se mostram mais essas inter-relações evidentes e acentuadas, coincidindo além disso com o período em que a criança está sob o contrôle do adulto e ao mesmo tempo num período de franco desenvolvimento de suas aptidões e de afirmação da personalidade. Via de regra são as inteligências de grau inferior que mais preocupam os psicólogos e orientadores educacionais. E com certa razão, pois que são os desvios sob a forma de insuficiência que começam a surtir efei-

to, sôbre a personalidade, muito cêdo, quando são percebidos por outras pessoas, ao passo que os afastamentos acima da normalidade, dos superdotados, parecem não ter influências sôbre a personalidade senão pouco mais tarde, quando elas começam a ser sentidas pelo próprio indivíduo.

Por outro lado, temos verificado algumas vêzes que o mau rendimento num teste de nível mental está ligado a problemas de ordem social e econômico. Inúmeros são os testes, tal como já tivemos ocasião de assinalar, que apelam para riqueza de vocabulário e da frase, pondo à prova a correlação relativamente elevada entre vocabulário e inteligência. E no entanto sabemos todos que a riqueza vocabular varia segundo a classe social a que pertence o indivíduo. De modo geral, as pesquisas vêm demonstrando uma grande freqüência de Q. Is. elevados em crianças provindas de famílias abastadas, enquanto o número de crianças retardadas e de Q. Is. interiores são freqüentemente encontradas nas classes sociais menos favorecidas. E' claro que não podemos reduzir o complexo problema a uma simples relação de causa e efeito, uma vez que sabemos muito bem que todos os níveis de inteligência são encontráveis nas diferentes camadas sociais. Não nos precipitemos. Limitemo-nos a assinalar o fato sem recair em possíveis deformações do problema com conclusões de certo modo apressadas a que chegaram certos pesquisadores, que buscando dar a êsse aspecto do problema de avaliação da inteligência importância primordial, fizeram dos orfanatos e reformatórios campos de pesquisa. E' lógico que haveriam de encontrar plena confirmação de suas teorias e pontos de vista; aí está encerrada uma população de pobres sem lar e sem família, e raramente os filhos de famílias abastadas. Por certo que entre êsses últimos encontramos também crianças delinqüentes e que cometem crimes por razões muitas vêzes semelhantes aos primeiros. Mas dispondo de recursos econômicos e sociais, são entregues a instituições particulares ou, por permissão das autoridades competentes, reentregues muitas vêzes à família, ficando sob a tutela de pessoas de reconhecida idoneidade. Embora não seja pròpriamente nosso objetivo discutir o valor científico dessas pesquisas, não podemos deixar de assinalar que a inteligência foi de certo modo posta à margem, cedendo amplamente lugar a uma investigação de ordem sociológica e econômica da delinqüência infantil e juvenil.

Resta-nos ainda abordar um problema do fator inteligência na psicologia atual — tal seja o da possibilidade de modificação da inteligência. Será a inteligência passível de modificação? E de que maneira se poderiam produzir tais modificações? Eis duas perguntas que, por seu turno, têm provocado inúmeras controvérsias. Há os que afirmam ter conseguido resultados excelentes e até mesmo recuperações dignas de nota pelo tratamento tireoideano, em casos de mau funcionamento do sistema endócrino. Portanto, nada mais natural que essas teorias assentadas sôbre uma etiologia das diferenças mentais nos conduza à hipótese de probabilidade de modificação da inteligência pela interferência de determinados estímulos químicos ou fisiológicos. Se-

ria, pois, o caso de perguntar se, por exemplo, a capacidade de aprender tem ou não uma base inconstitucional ou se seria mais prudente atribuir essas diferenças a uma falta de estímulo, a uma falta de ocasião ou, ainda, a uma impossibilidade de adquirir as técnicas que se ajustariam à aprendizagem. Várias têm sido as pesquisas ùltimamente dedicadas ao assunto e as discussões em favor ou contra a tese de modificabilidade da inteligência têm sido tão acaloradas quanto às precedentes, sendo que aqui, a nosso ver, um acôrdo seria mais difícil de estabelecer-se, uma vez que as condições experimentais necessárias à confirmação das hipóteses não têm sido satisfatòriamente descritas de modo a que outras pessoas possam utilizar os mesmos métodos e comprovar os resultados já de certo modo obtidos. Além disso, não seria fácil demonstrar que as técnicas utilizadas meçam exatamente e em idênticas condições os mesmos fatôres a fim de que possamos afirmar com segurança que os resultados sejam realmente semelhantes. Esperemos que métodos mais eficientes assegurem essa hipótese de possibilidade de modificar o curso do desenvolvimento mental da criança.

. . . . . .

. . . . . .

Prezados senhores. Foi com certo propósito que fizemos sobressair nessa nossa breve exposição sôbre a Inteligência, mais as imprecisões dos métodos atuais para apreciação e medida do nível mental que, pròpriamente, sôbre o seu valor positivo. Somos os primeiros a reconhecê-las. Embora assim, com tôdas as inexatidões e desacordos que possam ser assinalados em certos casos, os testes de Nível Mental têm fornecido resultados bastante satisfatórios. O seu valor prático é incontestável. Êles não são apenas fruto da curiosidade de *homens de saber;* êles são hoje um instrumento prático a serviço de uma necessidade social. Não lhes podemos, pois, conferir importância secundária; — se erros e imprecisões são por vêzes assinalados no que concerne à formulação de conceitos e a práticas contraditórias, essas mesmas imperfeições em muito nos têm alertado e até mesmo impulsionado a estudos mais acurados para o aperfeiçoamento dessa técnica hoje consagrada ao serviço da *ciência pura.* Se o emprêgo dos testes, em alguns casos, nos tem levado a conclusões imprecisas e, conseqüentemente, a críticas irrefutáveis, não culpemos ùnicamente os testes ou seus autores, pois que muito dêsses erros são devidos à própria simplicidade do material de que nos servimos, o que conduz não raras vêzes, pessoas não qualificadas nem com formação científica suficiente a usá-los de qualquer maneira e para a solução de problemas que nem os testes, nem seus aplicadores estão aptos a resolver. E nós que hoje iniciamos o nosso curso e que por conseguinte vamos entrar em contacto com as referidas técnicas e testes, precisamos ter sempre em mente as críticas que temos sofrido; embora reconheçamos que em alguns casos elas se nos afigurem vagas e contraditórias, embora partam muitas vêzes da ignorância ou má-fé dos que procuram ùnicamente disseminar objeções e a incompreensão simplesmente com o intuito de destruir, lembrêmo-nos

de que os nossos conceitos e definições estão em fase de evolução e de que é preciso esfôrço e perseveração a fim de corresponder ao que de nós esperam a Escola, os Centros de Orientação Profissional, as Clínicas e os Tribunais de Menores. Está até certo ponto em nossas mãos, como psicólogos, orientadores e como educadores, o aprimoramento das qualidades morais, físicas e intelectuais dos homens de amanhã. Uma medida precisa da inteligência permitir-nos-á certamente selecionar os mais aptos e conferir os melhores postos a quem de direito. Por uma seleção adequada, poderemos almejar uma elevação progressiva dos nossos padrões culturais, dando a cada indivíduo o grau de instrução de acôrdo com as suas possibilidades e aptidões intelectuais.